

CLUB REPUBLICANO DOS HOMENS DE COR: UMA FACE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO (1889-1893)

ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO*

A primeira pista sobre o Club Republicano dos Homens de Cor me apareceu num artigo de Ignácio de Araújo Lima publicado no jornal paulistano *A Pátria – Órgão dos Homens de Cor*, de 2 de agosto de 1889¹. Em seu entusiasmo com a notícia do surgimento daquela organização na cidade do Rio de Janeiro, Lima fazia questão de ressaltar o quão próximas eram as duas experiências, na medida em que teriam partido das mesmas motivações e dos mesmos objetivos:

E poderíamos nós, os homens de cor daqui da capital de S. Paulo, recebermos com o silêncio essa notícia dada pela imprensa da Corte, e aqui reproduzida pela imprensa paulista, que encheu-nos de prazer? Não. Nós que ontem levantamos a nossa fraca voz contra a organização da então projetada Guarda Negra aqui na capital, há muito tempo que nutríamos uma esperança, a qual tem as mesmas bases, os mesmos fins, que é a vossa que hoje publicamente manifestastes, é também a nossa, e sabeis por quê? Chamam-nos paulistas porque tivemos nosso berço na cidade de São Paulo, legendária e heroica pelos brilhantes feitos de seus filhos, porém nós que somente podemos dizer: Aqui nesta parte da América do Sul, tivemos nosso berço, mas onde está nossa Pátria?... Eis o que não podemos responder por enquanto².

O texto não oferecia detalhes sobre quem eram os responsáveis pela empreitada, nem mesmo a data da aparição do clube. Comentários sobre essa experiência em outros trabalhos historiográficos tampouco foram encontrados. Mas, a despeito das lacunas e silêncios, o fato é que não eram poucas as questões suscitadas por aquele registro, uma vez que, a partir dele, era possível avistar duas organizações negras existentes no imediato pós-abolição; perceber certas

* Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde desenvolve o projeto de pesquisa “Fortes laços em linhas rotas: experiências de intelectuais negros em jornais fluminenses e paulistanos no fim do século XIX (1880-1910)”. É bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

¹ Ignácio de Araújo Lima foi um abolicionista negro paulistano, integrante do grupo fundador do jornal *A Pátria – Órgão dos Homens de Cor*, lançado em 1889, em defesa da cidadania dos negros e da República. Era membro da irmandade do Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, tendo falecido em 29 de maio de 1891, aos quarenta anos, quando ocupava o cargo de tesoureiro.

² *A Pátria*, 2 de agosto de 1889, p. 2.

conexões entre indivíduos e grupos políticos em diferentes localidades; visualizar um modo da participação negra nas fileiras republicanas em contraste com a experiência monarquista da Guarda Negra; e saber um pouco das expectativas dos sujeitos envolvidos quanto ao futuro do e no país.

Persegui informações aparentemente desconexas por algum tempo até que o lançamento da base de dados da Hemeroteca Digital Brasileira facultou o acesso simplificado a uma grande variedade de documentos. Foi, então, que pude reunir um conjunto de dados mais consistentes sobre essa organização fundada nos últimos momentos do Império e que adentrou o período da República. De tal sorte, esta comunicação busca problematizar o surgimento do Club Republicano dos Homens de Cor, o perfil de algumas das pessoas envolvidas, as formas e possibilidades de participação dessa organização na vida política da cidade do Rio de Janeiro e as razões para a sua curta existência.

A reunião de fundação do Club Republicano dos Homens de Cor ocorreu no dia 2 de junho de 1889 na residência de José Pedro Ferreira de Souza Coelho, numa iniciativa dele e do também propagandista republicano Deocleciano Martyr. Conforme informação reproduzida na *Gazeta da Tarde*, no *Diário de Notícias*, no *Diário do Comércio* e na *Cidade do Rio*, estiveram presentes “55 homens de cor”, que comungaram da missão de “fazer propaganda das ideias republicanas, contra as instituições vigentes”³. Na nota que traz mais detalhes sobre o evento, a *Gazeta da Tarde* registrava os nomes da diretoria: como presidente estava Augusto Xavier de Mello; José Martins Pereira assumia a vice-presidência; o cargo de 1º secretário ficava com Anacleto Alves de Freitas; e o de 2º secretário com Rodolpho Gomes; Sinerio Alves responderia pela tesouraria; enquanto Francisco Alves de Freitas seria o procurador⁴.

A notícia da *Gazeta da Tarde* trazia à baila nomes de indivíduos que até então passavam bem despercebidos nos comentários sobre abolicionistas e agitadores políticos negros. Cabe admitir, de imediato, que não foi encontrada qualquer evidência que me permita

³ *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1889, p. 1; *Cidade do Rio*, 6 de junho de 1889, p. 2; *Diário do Comércio*, 4 de junho de 1889, p. 1.

⁴ *Gazeta da Tarde*, 3 de junho de 1889, p. 1.

dizer que os dois homens que criaram o contexto para a reunião fossem negros. Na verdade, o fato de eles não terem sido incorporados à diretoria do clube ao final da reunião e a falta de comentários diretos ou sugestivos a esse respeito me levam a crer que eles não se entendiam e/ou não eram vistos como tal. O que se destaca nos diferentes documentos consultados é a vinculação de ambos à causa republicana. Deocleciano Martyr, ademais, ganharia bastante notoriedade anos mais tarde por sua intensa participação no ativismo político dos jacobinos (SILVA, 2006; MAGALHÃES JÚNIOR, 2008: 283-296).

Os comentários sobre os membros da diretoria, por sua vez, levam a outra direção. Afora a reiterada menção à presença da meia centena de homens de cor na reunião, há documentos que informam sobre o fenótipo de alguns deles. Particularmente, não restam dúvidas sobre Anacleto de Freitas, que a princípio respondia pelo cargo de 1º secretário, mas que logo se tornou a principal representação pública do clube e acabou assumindo o posto de presidente⁵. A Evaristo de Moraes, por exemplo, não escapou a oportunidade de assinalar que Anacleto de Freitas fora um aliado negro de Silva Jardim: “No seio do operariado, também, tinha Silva Jardim fervorosos seguidores, sendo expressiva a dedicação de alguns homens de cor, de situações humildes, que, acompanhando Anacleto de Freitas, se batiam, nas ruas, por ele, contra a Guarda Negra” (MORAIS, 1985: 20). Essa informação é confirmada nas memórias daquele propagandista republicano (JARDIM, 1891) e também pela homenagem prestada por Anacleto durante a sessão comemorativa do segundo aniversário do falecimento de Silva Jardim, promovida pelo Club Nacional 23 de Novembro, quando ofereceu “um retrato de seu falecido chefe e amigo”⁶.

A propósito, o Club Republicano dos Homens de Cor não era a única, nem a primeira organização de negros livres e libertos a existir na capital do Império daquele período. Antes de sua fundação, as páginas dos jornais já haviam sido ocupadas com notícias da Liga dos Homens de Cor e da Guarda Negra, que mantinham relações mais próximas com a monarquia. E foram elas que ficaram marcadas como os principais porta-vozes da gente negra daqueles dias. Tal como aparece no comentário de Flávio Gomes:

⁵ *Diário de Notícias*, 24 de julho de 1890, p. 1.

⁶ *O Tempo*, 3 de julho de 1893, p. 1.

A questão racial, aparentemente tornada invisível na campanha abolicionista, surgiria cristalina em torno da participação da Guarda Negra. Enquanto setores republicanos diziam que evocá-la era manipulação monarquista, políticos negros e setores organizados como a Liga dos Homens de Cor tentavam colocá-la na pauta dos debates (GOMES, 2005: 20).

Associação criada em 1887, a Liga dos Homens de Cor tinha “como fim levantar o nível moral dos homens de cor, e de habilitá-los pela cooperação, mutualidade e solidariedade a entrar por igual na elaboração da riqueza e do futuro brasileiro”⁷. Possuía sede na Rua de S. Pedro n. 292 (localizada na região onde hoje passa a Avenida Presidente Vargas), a qual era aberta diariamente entre as 18 e 20 horas e aos domingos a partir das 17 horas. Ali se realizavam reuniões periódicas e conferências; bem como se ministravam aulas do curso primário, de português, aritmética e geografia⁸. José do Patrocínio foi um de seus fundadores, mas parece que não permaneceu ali por muito tempo. Apesar de ter sido a personalidade escolhida para entregar o hábito da Rosa ao presidente da sociedade, o comendador Antonio Luiz do Espírito Santo Castro, em outubro de 1888, consta que, quando da morte deste, em maio de 1889, já teria se desvinculado em virtude de uma “oposição que lhe foi movida no seio da Liga”⁹.

Cabe registrar que Antonio Luiz do Espírito Santo Castro também teve uma trajetória bem interessante. Em virtude de um requerimento movido pelo deputado mineiro Sebastião Mascarenhas, do Partido Liberal, em agosto de 1889, na tentativa de anular a entrega do título de comendador a Espírito Santo Castro, sob a alegação de esse ser um mero barbeiro, a *Cidade do Rio* se pronunciou crítica e ironicamente em sentido oposto, apresentando detalhes sobre os feitos públicos daquele homem. Fazendo questão de identificá-lo como “negro”, o artigo de fundo do jornal de José do Patrocínio não só valorizou o seu ofício de barbeiro, como também o qualificou como “uma das maiores influências liberais do 2º distrito da

⁷ *Cidade do Rio*, 31 de agosto de 1888, p. 1. A divulgação dos estatutos da Liga dos Homens de Cor aconteceu no início do 1888, conforme registrado pelo *Diário de Notícias* ao receber o documento: “Estatutos da Liga dos Homens de Cor, sociedade cujo fim é desenvolver intelectual e moralmente a raça negra e cruzada, e restituir-lhe na comunhão brasileira a autonomia que lhe foi roubada pela escravidão. É louvável o *tentamen*, necessário, sem dúvida como complemento da emancipação da raça” (*Diário de Notícias*, 24 de abril de 1888, p. 2).

⁸ Cf. *Gazeta de Notícias*, 22 de abril de 1888, p. 4; *O Paiz*, 4 de agosto de 1889, p. 5; e *Gazeta de Notícias*, 19 de janeiro de 1890, p. 4; entre outras.

⁹ *O Carbonário*, 15 de maio de 1889, p. 3.

freguesia do Sacramento”. Sempre eleitor de sua paróquia, foi ademais eleito juiz de paz pelo voto popular em 1879; e 1º suplente de juiz de paz nas últimas eleições municipais, “apesar de tudo e principalmente de suas ideias abolicionistas” – chegando a substituir o titular do posto. Destaca que fora presidente da Imperial Sociedade dos Artistas Brasileiros, por cinco anos; conselheiro da Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais e Beneficentes, havia dez; e respondia pela presidência da Liga dos Homens de Cor. Também fez questão de dizer que “o cidadão Espírito Santo Castro só não exerceu funções de subdelegado, durante a situação liberal, porque entendeu que a sua cor poderia servir de pretexto a dolorosas injustiças e preferia a obscuridade ao sofrimento moral por amor de efêmeras posições”¹⁰.

Ocorre que, apesar dessas peculiaridades da Liga dos Homens de Cor, foi a Guarda Negra que recebeu mais atenção por parte da imprensa e de outros políticos. É certo que ela também não foi a primeira sociedade de negros livres e libertos a se organizar em torno de critérios etnicorraciais na história daquela cidade e do Brasil (CHALHOUB, 2007; GOMES, 2005). Só que, além surgir num contínuo das lutas populares pelo fim da escravidão, a Guarda Negra foi interpretada a miúdo como o símbolo da disposição dos negros para o uso da violência a fim de fazer valer seus interesses pessoais, defender os da regente e o Terceiro Reinado – sem que isso significasse uma demonstração mínima de sua autonomia de pensamento. Tal percepção servia tanto para nutrir os preconceitos quanto à universalização da liberdade e da cidadania a todos os habitantes do Brasil quanto para vender a ideia de que a instauração da República seria o remédio mais oportuno para os males criados pela Monarquia. Senão vejamos...

A primeira reunião destinada a tratar da criação da “Guarda Negra da Redentora”, por ironia da história, aconteceu em 9 de julho de 1888, no dia em que a princesa regente e muitos de seus simpatizantes, como José do Patrocínio e outros membros da Confederação Abolicionista, celebravam o aniversário da República Argentina no Teatro S. Pedro. À *Cidade do Rio* coube informar que o encontro ocorreu na casa de Emilio Rouède e listar os nomes dos pretos libertos ali presentes, infelizmente sem se importar com seus sobrenomes: Hygino,

¹⁰ *Cidade do Rio*, 31 de agosto de 1888, p. 1.

Manoel Antonio, Jason, Aprigio, Gaspar e Theocrito. Tal ocasião serviu para que tomassem e anunciassem as seguintes deliberações:

1. Criar uma associação com o fim de opor resistência material a qualquer movimento revolucionário que hostilize a instituição que acabou de libertar o país.
2. Só podem fazer parte, como seus sócios ativos, os libertos que se comprometerem a obedecer os mandatos de um Diretoria eleita, por maioria absoluta, em votação que se efetuará em momento oportuno.
3. Poderão ser sócios efetivos unicamente os que consideram o ato memorável do dia 13 de maio acontecimento digno de admiração geral e não motivo para declarar guerra à humanitária princesa que o realizou.
4. Pedir à Confederação Abolicionista o seu apoio para que esta sociedade se ramifique por todo o Império.
5. Pedir à imprensa que participe desse sentimento com seu valioso concurso.
6. E último. Aconselhar por todos os meios possíveis aos libertos do interior que só trabalhem nas fazendas daqueles que não juraram guerrear o 3º Reinado¹¹.

Feito esse anúncio prévio, o segundo registro referente à afirmação pública da existência da Guarda Negra apareceu no contexto da entrega da Rosa de Ouro à princesa Isabel, enviada pelo Papa Leão XIII, em homenagem à sua “ação libertadora”. Conforme narrativas de Raimundo de Magalhães Júnior (1969: 249) e Flávio Gomes (2005: 16-17), naquele 28 de setembro de 1888, à noite, formalizou-se a fundação da Guarda Negra durante uma reunião na redação da *Cidade do Rio*, na qual estavam presentes abolicionistas como João Clapp, o próprio Patrocínio e representantes da Liga dos Homens de Cor. Passados alguns meses, a Guarda Negra voltaria a ter destaque nos jornais por ocasião dos festejos do aniversário do presidente do Conselho de Ministros do Império Afonso Celso. O republicano *Diário de Notícias* foi até um dos que noticiaram que a Guarda Negra, “em cinco bondes, apresentou-se na residência de S. Ex., acompanhada de bandas de música do 10º batalhão e do corpo de polícia da corte. Orou em seu nome o Sr. Clarindo Alves”¹².

Fato curioso, a pancadaria envolvendo indivíduos acusados de fazerem parte da Guarda Negra e defensores da bandeira republicana durante o comício republicano de Silva Jardim na Sociedade Francesa de Ginástica, na região da atual Praça Tiradentes, só aconteceria no dia 30 de dezembro de 1888. Mas, bem antes disso, republicanos recorriam às páginas de jornais como o *Novidades* e a *Província de S. Paulo* para acusar a Guarda de

¹¹ *Cidade do Rio*, 10 de julho de 1888, p. 2.

¹² *Diário de Notícias*, 13 de dezembro de 1889, p. 1.

Negra de ser um “corpo de capangas”, de “capoeiras aliciados” pelo governo para assegurar o trono à princesa¹³. Salvo engano, essa alegação ficou a cargo de rumores da época e textos de memória como os de Silva Jardim (1891) e Medeiros e Albuquerque (1945), que tinham interesse em defender sua imagem de bravura em nome da República a despeito dos riscos que corriam. Isso pode ser interpretação errônea causada por um furo da pesquisa, mas, para até dezembro de 1888, não encontrei qualquer comentário nos jornais que relatasse o emprego desenfreado da força física por parte da Guarda Negra para marcar sua posição. Além disso, um comentário da *Gazeta de Notícias* motivado por aquele incidente alimenta minha desconfiança. Sem provas para assegurar a natureza violenta da Guarda Negra, o articulista, provavelmente Ferreira de Araújo, comenta em dado momento:

Geralmente atribui-se à Guarda Negra a agressão que sofreram os republicanos reunidos a 30 de dezembro para assistir a conferência do Dr. Silva Jardim. Não se sabe bem o que é a Guarda Negra; diz-se vagamente que foi constituída por cidadãos da raça ultimamente redimida, levados por louvável sentimento de gratidão para com a Princesa Redentora, e que se propunham a defender sua vida.

Quando pela primeira vez se falou na existência dessa guarda, dando-lhe tais intenções, não causou o fato estranheza; também não fez maior impressão o segundo sinal de vida que ela deu, indo incorporada à casa do Sr. presidente do conselho, saudá-lo pelo seu aniversário natalício; eram manifestações de um entusiasmo inofensivo e naturalíssimo em quem tinha recebido da Princesa e do chefe de gabinete tão assinalado benefício¹⁴.

Mesmo assim, o certo é que duras acusações passaram a pesar ainda mais sobre a Guarda Negra, o que fez com que vários de seus apoiadores tivessem de ir aos jornais para defender a organização e seus pontos de vista. Afora José do Patrocínio e Emilio Rouède, o próprio Clarindo de Almeida apresentou sua defesa na *Cidade do Rio*:

Li no *Novidades* e *Gazeta da Tarde* de ontem tremendas acusações que esses dois jornais fazem à Guarda Negra, qualificando-a de elemento de desordem e desassossego da população.

Ora, Santo Deus, isto é que é uma irrisão!

Pois haverá quem prove tudo quanto tem dito esses jornais com referência à Guarda Negra? Não ressalta o propósito de ofendê-la só porque a desordem não pode contar com ela? (...)

Se a Guarda Negra fosse corporação republicana, seria a criação mais justa e patriótica do mundo, mas como a Guarda Negra é corporação monárquica é uma

¹³ *Cidade do Rio*, 31 de outubro de 1888, p. 1.

¹⁴ *Gazeta de Notícias*, 5 de janeiro de 1889, p. 1.

afronta à dignidade da Pátria; é a raça negra que se arma para matar a raça branca, fazendo aparecer no país o ódio da cor, etc., etc. (...)

Assevero ao meu país que não temos o fim que nos atribuem. Somos uma corporação presa à sua pátria e a quer elevar à altura a que não a deixaram atingir 300 anos de escravidão.

O nosso fim não é levantar o homem de cor contra o branco, mas restituir ao homem de cor o direito que lhe foi roubado de intervir nos negócios públicos. Não é por serem brancos os republicanos, mas por serem a vergonha da nação que os combatemos¹⁵.

Se todas ou algumas das acusações procediam, isso é o que menos importa dentro dos objetivos deste texto. A questão é que a existência da Guarda Negra e a ocorrência daquele conflito serviram de impulso não apenas para a campanha republicana de modo geral, como observou Maria Tereza Chaves de Mello (2004), mas também para que indivíduos e grupos negros alcançassem relativa visibilidade no cenário político antimonarquista. A partir de janeiro de 1889, a *Gazeta da Tarde* e a *Tribuna Liberal* passaram a reproduzir notícias vindas, sobretudo, da província de São Paulo sobre as manifestações negras a favor da República e em contraponto à Guarda Negra. Eis um novo caminho por onde outros sujeitos negros se fizeram visíveis nas lutas políticas do país no pós-abolição.

Numa das primeiras moções reproduzidas na folha fluminense, ficamos sabendo da agitação promovida na capital paulista, no dia 7 de janeiro de 1888. O documento tirado no final da assembleia afirmava:

Os homens de cor residentes nesta capital, reconhecendo que a abolição do elemento servil no Brasil fez-se unicamente em virtude dos esforços populares, não estão dispostos a auxiliar a quem quer que seja no plano de dividir o país em castas, plantando ódios de raças no solo da nossa pátria.

Declaram, portanto, que, em qualquer emergência, estarão do lado do povo¹⁶.

Dias depois, repercutindo uma notícia dada primeiramente pela *Tribuna Liberal*, ofereceu mais detalhes sobre outra reunião de homens de cor opositores da Guarda Negra que aglutinou em torno de quinhentas pessoas no Quilombo do Jabaquara, em Santos, em 13 de janeiro. Entre os presentes, estavam famosos abolicionistas negros da região. Quintino de Lacerda, mais uma vez, era o líder da mobilização. “À monarquia, disse ele, nós devemos a

¹⁵ *Cidade do Rio*, 3 de janeiro de 1889, p. 3. Clarindo de Almeida também havia se manifestado por meio de um texto mais curto na *Gazeta de Notícias*, de 1º de janeiro de 1889.

¹⁶ *Gazeta da Tarde*, 9 de janeiro de 1889, p. 2.

conservação da escravidão por três séculos; devemos-lhe as balas com que ela mandou espingardear alguns aqui presentes na célebre jornada de Cubatão”. Eugênio Wansuit, a quem a *Gazeta da Tarde* se referiu como “um preto muito inteligente, ex-militar, com quatro anos de campanha no Paraguai” também discursou, opondo-se ao recrutamento forçado, recentemente anunciado pelo governo, e “concitou os companheiros à revolta contra mais essa escravização”. Ao final, também tiraram uma moção apoiada por cerca de trezentas assinaturas, que, além dos pontos levantados na anterior, protestava “contra aqueles que aliciam os irmãos da raça, formando uma verdadeira farsa a que intitulam ‘Guarda Negra’ em qualquer parte que ela seja formada, porque enxergam nessa infâmia o início da guerra civil produzida pelo ódio de duas raças”. Na edição seguinte, a folha publicaria mais um comentário a respeito, destacando a proximidade de Quintino de Lacerda com Silva Jardim¹⁷.

Em fevereiro foi a vez dos republicanos negros de Mogi-Mirim e de Campinas, que realizaram *meetings* respectivamente em 11 e 17 de fevereiro. Em Campinas, a reunião aconteceu durante a Festa de São Benedito, logo após a missa, contando com os discursos de Albino Aranha, Francisco Gonçalves de Andrade e Irineu Augusto da Silva, apresentados como sendo “homens de cor”. O documento final também ia de encontro à criação da Guarda Negra e ao recrutamento, manifestando-se contrário ao “ódio de raça”. Todavia, segundo nota publicada no *Diário de Rio Claro*, um dos que tomaram a palavra teria chegado a proferir a seguinte frase: “Esses pretos que pertencem à Guarda Negra merecem tronco, ferros e bacalhau”¹⁸. É de se dizer, no mínimo, que ânimos andavam exaltados...

E foi no cenário gerado por essa dinâmica que emergiu o Club Republicano dos Homens de Cor na Corte, em meados de 1889, anunciando ter os seguintes princípios:

- 1º Combater em todos os terrenos contra as instituições vigentes.
- 2º Assistir a todas as reuniões políticas que se realizarem nesta cidade e combater em seu favor.
- 3º Instituir-se uma caixa de beneficência e uma aula noturna.
- 4º Reconhecer como chefe o cidadão que for eleito pelo conselho federal.

¹⁷ *Tribuna Liberal*, 15 de janeiro de 1889, p. 2 e 16 de janeiro de 1889, p. 1; e *Gazeta da Tarde*, 16 de janeiro de 1889, p. 2 e 17 de janeiro de 1889, p. 2.

¹⁸ *Gazeta da Tarde*, 26 de fevereiro de 1889, p. 2; e 21 de fevereiro de 1889, p. 1.

5º Fazer a propaganda política com a raça preta e fazer crer a essa mesma raça que estão sendo vítimas do trono¹⁹.

A partir dessa plataforma, o Club Republicano dos Homens de Cor se faria presente na cena política fluminense em seu primeiro ano de existência. Logo no início de julho, emitiria uma convocatória na *Gazeta da Tarde* dirigida “ao eleitorado republicano dos homens de cor”:

Correligionários – A diretoria do Club Republicano dos Homens de Cor vem por meio deste apelar para o eleitorado dos homens de cor republicanos, para que votem nos candidatos do partido que forem eleitos em escrutínio prévio.

É preciso não recuarmos diante deste governo, que na câmara dos deputados disse que havia de exterminar esse movimento, que é hoje quase que aspiração nacional; é preciso mostrarmos que somos homens para a luta, quer por meio das urnas, quer por meio da palavra e quer por meio da força!

É preciso reprimir esse labéu, porque fomos taxados de especuladores, de despeitados e em suma fomos ameaçados por esse governo áulico.

É preciso não recuarmos a essa capangagem desenfreada, que vai aparecer no dia das eleições para nos ameaçar e atemorizar para assim nós não votarmos; é preciso nesse dia estarmos todos lá, quer eleitores ou não, para repelirmos esses infames perturbadores da ordem pública; é preciso mostramos a esse governo que ainda há nesse grande torrão brasileiro homens que morrem por uma causa!

O nosso partido não tomará impulso sério enquanto não entrar em ação. É preciso nesse dia estarmos decididos a tudo e não recuarmos ante a navalha e o cacete do capoeira, porque nossa facha patriótica será – vencer ou morrer!

Portanto a postos!

Às urnas!

Avante patriotas e teremos a nossa santa e justa causa ganha!!!²⁰

O clube participou também de diferentes eventos públicos, como no préstito e na sessão comemorativa no Congresso Brasileiro, por ocasião do centenário da república francesa, em 14 de julho do mesmo ano – evento promovido pelo Centro Republicano Lopes Trovão –; e na recepção ao retorno de Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores, ao Rio de Janeiro, em março de 1890. As idas a essas atividades eram, pois, precedidas de reuniões internas²¹.

Àquela altura, os nomes de outros sócios que não apenas os da primeira diretoria passaram a aparecer, como os de Thomaz José da Silva, Antônio José Ferreira, Joaquim

¹⁹ *Gazeta da Tarde*, 3 de junho de 1889, p. 1.

²⁰ *O Paiz*, 3 de julho de 1889, p. 3.

²¹ *Gazeta de Notícias*, 15 de julho de 1889, p. 1 e *Gazeta da Tarde*, 15 de julho de 1889, p. 2; *O Paiz*, 8 e 10 de março de 1890, p. 1.

Euclides de Miranda, Vitor Gustavo da Paixão e Ezequiel Alves da Silva²². Trata-se de indivíduos sobre os quais nada sei, mas considero que a recuperação desse simples registro ilumina outras possibilidades de se contar histórias sobre a participação política negra no pós-abolição. Essas pessoas acreditavam em sua intervenção nos assuntos e caminhos da sociedade da qual faziam parte e alguma coisa havia naquele momento que as fazia investir nisso.

Uma vez instaurada a República, o interesse dos jornais pelas ações dos homens de cor republicanos, assim organizados, já não era nem mesmo o de quando se batiam contra a Guarda Negra e o governo monárquico. Mesmo assim, um mês após o primeiro aniversário da proclamação, Anacleto de Freitas recorreu novamente à *Gazeta da Tarde* para fazer saber que: “HOMENS DE COR – O cidadão Anacleto de Freitas convida todos os homens de cor a comparecerem amanhã, às 4 horas da tarde, no largo de Santa Rita, a fim de tratarem do seu bem-estar”²³. A incorporação ou o silenciamento desses sonhos por parte dos donos do poder da Primeira República já nos levam a outra questão.

De tal sorte é que se torna possível dizer que a movimentação em torno do Club Republicano dos Homens de Cor ainda existiu por mais algum tempo, mesmo com a marginalização vivenciada a partir de 1891. Digo marginal num duplo sentido. Em 1892, por exemplo, Anacleto e outros sócios do clube foram acusados de envolvimento numa agitação de rua motivada por conflitos étnicos e raciais, conforme sugerido no trecho a seguir:

Parece que felizmente o caso do 1º distrito de Sacramento ficou solvido na noite de 6, sem a efusão e sem maior conflagração dos elementos etíopes, mestiços, lusitanos e turcos, postos em movimento há bastantes dias, com perturbação da vida familiar do quarteirão e do tráfego regular do comércio, pelos Srs. Anacleto de Freitas, Carlos Silva, Antonio Pires e Felipe José, que todos juntos formavam a hidra revolucionária que devia engolir o velho inspetor Sabroza. (...) Dizem, por exemplo, que o Sr. Pires, armou a popularidade dos nossos revoltosos prometendo a restauração do Sr. Jacintho, antigo inspetor; que o operário Carlos e cidadão Anacleto só incorporaram à revolta os elementos da classe operária e do Club Republicano dos Homens de Cor, na esperança de que a um desses seria entregue a roseta...²⁴

²² *O Paiz*, 10 e 29 de março de 1890, p. 1.

²³ *Gazeta da Tarde*, 7 de dezembro de 1890, p. 3.

²⁴ *O Tempo*, 10 de janeiro de 1892, p. 1.

Depois desse episódio, as informações sobre o clube se fazem ainda mais esporádicas na imprensa, enquanto aumentam as notícias de envolvimento de Anacleto de Freitas em brigas de rua e prisões. Ele era, então, acusado de ser capoeira, fazer troça em frente a batalhões do exército, mesmo sendo, ao que parece, militar, uma vez que chegou a ser identificado como sargento do 1º batalhão de artilharia do Exército²⁵. Mesmo em meio a todas essas confusões, Anacleto de Freitas ainda trabalhava duro para reativar a organização em agosto de 1893. O jornal *O Tempo* chegou a publicar uma nota informando que a reinstalação daquela associação ocorreria nos primeiros dias do mês de setembro no salão do Club Tiradentes²⁶.

Algum contratempo, entretanto, ocorreu e fez Anacleto mudar seus planos por completo. Dois dias da publicação da nota e ele volta a *O Tempo* para apresentar um manifesto de rompimento político com o governo republicano:

Em consequência da péssima orientação política que têm mostrado nestes últimos tempos aqueles a quem está confiado o destino da minha pátria, vejo-me forçado a retirar-me à vida privada, entristecido pelo estado lastimoso a que chegou este país.

Outrossim, declaro que retiro todo o apoio que até aqui patrioticamente tenho prestado aos Srs. Marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da República e tenente-coronel Valadares, prefeito municipal²⁷.

As razões exatas desse desgosto ainda me faltam, mas, pelo jeito, Anacleto não comungou do jacobinismo de Deocleciano Martyr, em sua defesa do Marechal Floriano. Essa não vinculação e mais a falta de Silva Jardim, como seu possível apoiador para além do seu vínculo com o militarismo, reduziam sobremaneira as suas possibilidades de uma participação legitimada naquele ambiente. Nisso talvez repouse parte da explicação para o seu ostracismo. Uma ocasião ainda foi criada para que integrantes do Club Republicano dos Homens de Cor oferecessem “ao seu digno presidente, cidadão Anacleto de Freitas, uma lapiseira de ouro em regozijo

²⁵ Na verdade, notícias desses “encontros” de Anacleto de Freitas começam a aparecer ainda em 1890: *Diário de Notícias*, 21 de agosto de 1890, p. 2; *Diário de Notícias*, 6 de maio de 1893, p. 1; *Diário de Notícias*, 20 de maio de 1894, p. 1; *O Tempo*, 22 de outubro de 1891, p. 2; *O Tempo*, 22 de janeiro de 1892, p. 2 e 12 de dezembro de 1893, p. 2; *O Paiz*, 18 de maio de 1894, p. 1.

²⁶ *O Tempo*, 23 de agosto de 1893, p. 1 e 30 de agosto de 1893, p. 2.

²⁷ *O Tempo*, 2 de setembro de 1893, p. 3.

pela data de 15 de novembro”²⁸. Isso, entretanto, não deve ter surtido muito efeito para o levantamento do clube. Eu, pelo menos, deixei de encontrar novas pistas.

Referências bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da e GOMES, Flávio (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GOMES, Flávio. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

JARDIM, Antonio da Silva. *Memórias e Viagens: campanha de um propagandista (1887-1890)*. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1891.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969.

_____. *Machado de Assis – Vida e Obra, Volume 3 (Maturidade)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de C. da C. de. *Quando eu era vivo – memórias (1867 a 1934)*. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1945.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*. 2004. 294p. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MORAES, Evaristo de. *Da Monarquia para a República (1870-1889)*. 2.ed. Brasília: Editora UnB, 1985.

²⁸ *O Tempo*, 18 de novembro de 1893, p. 2.